

«VIDAS SEGUNDAS»: ANTROPOLOGIA, MUSEUS E PATRIMÓNIO

Por Vera Marques Alves, Marta Prista e Rita Jerónimo da Silva

O Grupo associado à área de estudo “Museus e Património II” é constituído por 21 elementos aos quais foi solicitado um pequeno texto dando conta das suas reflexões em torno deste tema, bem como os recortes conceptuais subjacentes ao trabalho desenvolvido. Destes, 11 responderam ao apelo. A nossa opção para esta apresentação foi a de procurar encontrar conexões entre os diferentes trabalhos desenvolvidos por estes investigadores.

Assim, do conjunto das respostas podemos retirar alguns dados genéricos:

- Cerca de metade dos investigadores trabalham as problemáticas do património em primeiro plano e os restantes investigadores centram-se nas questões levantadas pelos Museus (estando, no entanto, em todos os casos sempre presentes as problemáticas do património);
- A maior parte dos investigadores trabalham os temas a uma escala nacional, dois investigadores em processos de carácter mais local e três investigadores sobre contextos coloniais;
- De uma maneira geral, os estudos de caso materializam-se em objetos que convocam categorias de cultura: Popular, Étnico, Industrial, Moderno, Arte.

A primeira conclusão que se pode retirar da leitura dos textos é a confirmação de um significativo alargamento do conceito de património que percorre agora, desde os locais históricos e turísticos, até às memórias coletivas e à imaterialidade dos fenómenos culturais. As abordagens e estudos de caso selecionados deixam perceber que o património deixou definitivamente de ser um assunto que interessa a uma elite, para se transformar, nas palavras de Lowenthal, numa “enorme cruzada”. Este alargamento tem consequências diretas e evidentes nas práticas e políticas da cultura, como as diversas investigações em curso deixam perceber.

Resulta ainda da leitura dos diferentes textos, a identificação da ideia de Regina Bendix de que o património “não existe, constrói-se”, como um traço comum base. Subjaz à maioria dos textos a intencionalidade da análise de processos de patrimonialização, ou seja, da “construção/criação” de “objetos etnográficos” pela

antropologia ou pelos museus ou da produção de “patrimónios” através de políticas patrimoniais.

O título que demos à nossa apresentação, «Vidas segundas: antropologia, museus e património», reflete uma noção que nos parece constituir um chapéu conceptual que une as diferentes investigações em curso neste grupo. Trata-se da ideia de que os elementos culturais têm uma “segunda vida”, noção avançada por Barbara Kirshenblatt-Gimblett, de acordo com a qual, tais elementos através dos processos de patrimonialização, são dotados de uma espécie de nova vida, “uma vida como exibição de si mesmos”, ou seja, testemunhos de algo que foram, mas deixaram de ser.

Parece-nos ainda decorrer dos diversos textos que, nos processos de legitimação e constituição de valor que subjazem à construção do património, é produzido algo de novo, são acrescentados objetos, incorporadas práticas e expressões. Ou seja, o património é uma ferramenta de intervenção no presente cuja análise se enquadra no estudo dos usos políticos da cultura. Mais, tal como afirma Herzfeld, a “construção” do património resulta de um processo de seleção dos referentes culturais tendo em vista a sua utilidade e funcionalidade no plano social e económico. O significado conferido ao património resulta de uma multiplicidade de interesses e circunstâncias.

Ainda que a enunciação da cultura (em museus ou patrimónios) seja movida por interesses do presente, e logo viabilizada por agentes que detêm o poder, a agencialidade dos objetos e a agência dos atores sociais é determinante à ressonância social (ou falta dela) dos discursos produzidos pelos repertórios museológicos e patrimoniais. Algumas pesquisas enfocam particularmente esta dialogia, como é o caso de Mariana Silva, Marta Prista, Nuno Porto e Joana Almeida, para citar alguns exemplos.

Estes processos contemporâneos estão bem patentes nas investigações que dizem respeito aos museus: no caso de Nélia Dias, na relação entre museus e a história da antropologia; para Vera Marques Alves, a relação entre acervos museológicos e organização expositiva com os fatores políticos, culturais e científicos; o estudo de coleções para Jorge Freitas Branco; e a relação entre os Museus moçambicanos e o contexto da sua formação (neste caso colonial) analisados por Tânia Madureira.

Relativamente ao património, vemos os processos de patrimonialização, seja do artesanato (Vera Marques Alves), do fado (Rita Jerónimo), das Pousadas de Portugal (Marta Prista), da arte Cokwe (Nuno Porto), da memória da ditadura (Joana Almeida), da atividade industrial (Mariana Silva) ou da alimentação e gastronomia (Raquel Moreira) serem analisados enquanto objetos, discursos e significados produzidos que circulam, são reapropriados e ressocializados, discutindo as tensões, os conflitos e as eventuais inversões simbólicas resultantes. As diversas investigações em curso parecem contribuir para a desconstrução das ideias, até há alguns anos vigentes: de que o património tem só a ver com o passado; de que o património visa a preservação da verdade e da autenticidade ou de que o património é inocente e neutro. Como veremos adiante, o património e os museus constituem-se alavancados nos valores do presente, “neutralizando” o cariz problemático e eminentemente conflitual da história.

É ainda de referir a relação que a maior parte dos trabalhos têm com a questão da “construção” de identidades, aspeto inerente ao estudo do passado e da cultura. Resulta do que tem vindo a ser dito que as culturas passaram a ser encaradas enquanto um conjunto de processos em que práticas antigas e novas são adaptadas e adotadas dentro de um sistema cultural com sentido para as comunidades. Este “sentido” está na base daquilo que liga a cultura à identidade transformando-a em património. Nas investigações levadas a cabo por Nuno Porto, Tânia Madureira e Rita Jerónimo está presente a ideia de construção de patrimónios aliada à constituição de identidades nacionais, no caso de Mariana Silva e Maria de Jesus Espada são tratados processos de construção identitária local.

Referimos, por fim, a presença cada vez mais consistente na antropologia da categoria do património cultural imaterial, que assume o património enquanto ação social e cultural com efeitos diretos e uma conexão privilegiada sobre a comunidade.

Ainda que nem sempre de forma explícita, as pesquisas sobre Patrimónios e Museus parecem articular três conceitos e os debates em seu torno: a objectificação da cultura (Handler 1988), a mercadorização da cultura (Greenwood 1977, Cohen 1988) e da ideia de património como produção metacultural (Kirshenblatt-Gimblett 2004).

De entre os vários sentidos que Richard Handler deu ao conceito de objectificação da cultura, duas concepções destacam-se no modo como os investigadores do PPC abordam os seus temas e terrenos de pesquisa. Uma diz respeito aos processos através dos quais determinados traços da cultura, como é o caso das tradições, da cultura material, ou da arquitetura, entre outros, são constituídos em coisas a estudar, a catalogar e a exibir através de processos de seleção e reinterpretação dos seus repertórios. A outra concepção é relativa à constituição da cultura como património de uma entidade coletiva, no sentido de uma propriedade ou algo que um determinado grupo detém, física ou simbolicamente. Num e no outro caso, o que os investigadores do PPC examinam são os processos de descontextualização, recontextualização e ressignificação destes traços da cultura constituídos em património e coleções museológicas.

A autenticidade da cultura é inerentemente aceite como uma construção intelectual ocidental moderna que mais informa sobre o presente da sua procura do que sobre o passado da sua origem (cf. Cohen 1988, Handler e Saxton 1988). Neste sentido, os investigadores do PPC entendem o Património e os Museus como factos culturais em si, e não como produtos de um qualquer conhecimento científico, histórico ou etnográfico.

Quem trabalha a partir dos Museus, por exemplo, examina as coleções museológicas como uma objectificação do Outro no espaço ou no tempo. Os trabalhos de Freitas Branco e Vera Alves sobre museus etnográficos em Portugal, ou as pesquisas Nélia Dias, Tânia Madureira ou Nuno Porto sobre museus etnográficos em espaços coloniais, evidenciam o seu entendimento como dispositivos de imaginação do Outro condicionados por pensamentos políticos, culturais e científicos que são dinâmicos e contextuais. O que está em análise são assim os processos de produção de conhecimento que configuram tanto quanto são configurados pela construção museológica. No limite, os Museus proporcionam um terreno para o estudo da história da antropologia, o que não só explica o entrelaçamento destas áreas de estudo nas pesquisas dos investigadores do PPC, como espelha a reflexividade da própria disciplina hoje.

De modo similar, o património é estudado pelos investigadores do PP enquanto produto de processos de objectificação de um passado que é cada vez mais

alargado no que respeita aos seus referentes temporais, espaciais e sociais. Algumas pesquisas debruçam-se sobre repertórios patrimoniais mais clássicos, como é o caso da arquitetura enquanto objeto e terreno de investigação de Marta Prista, ou do artesanato alvo de processos de revitalização imersos em discursos identitários e conservacionistas que Tânia Madureira analisa. Outros investigadores exploram os investimentos mais recentes no património cultural imaterial. É o caso de Ana Gonçalves e Rita Jerónimo e a atenção ao fado como herança cultura e património mundial, respetivamente, de Raquel Moreira e do estudo dos processos de patrimonialização da cultura alimentar que a constituem como gastronomia, ou mesmo de Joana Almeida que explora os processos de patrimonialização da memória histórica através do estudo de caso da requalificação de lugares simbólicos da ditadura, como é o caso do projeto museológico da Casa da PIDE no Porto.

Em todos os trabalhos destes investigadores do PPC é contudo latente a diluição das fronteiras conceptuais entre o que é material e o que é imaterial num entendimento da cultura material enquanto objectificação dos processos culturais que lhe dão forma e significado ao mesmo tempo que são por ela reconfigurados (cf. Miller 1994). De forma mais explícita, este entendimento manifesta-se quer na análise das implicações da materialidade em pesquisa preocupadas com a biografia das coisas, de que é exemplo o trabalho de Freitas Branco; quer na contemplação das emoções como facto cativo dos processos de patrimonialização, de que é exemplo a pesquisa de Joana Almeida.

Em várias pesquisas, estes processos de objectificação da cultura são analisados nos contextos da sua mercadorização. Assumindo a natureza construída da autenticidade, os investigadores do PPC atualizam o entendimento de Davyd Greenwood da mercadorização da cultura como processo que leva à destruição dos seus significados à luz de contributos teóricos posteriores, centrando-se no modo como a constituição de traços da cultura e da história em objetos passíveis de empacotar e vender, nomeadamente em processos de turistificação e consumo cultural, reconfigura tanto quanto é reconfigurada por significados culturais e dinâmicas sociais em contextos particulares. Neste sentido, os investigadores do PPC parecem partilhar da ideia que o património não é algo que existe em si, nem a

patrimonialização pode fixar no tempo e no espaço uma determinada manifestação cultural que se pretende salvaguardar. A patrimonialização pressupõe uma conceção que é transnacional, mas opera em tempos e espaços particulares; os seus acores são cativos e detentores de agência, os seus projetos são contingentes, e os seus processos são negociados. É por isso uma forma de produção meta cultural (Kirshenblatt-Gimblett 2004), que constrói um passado e cultural no e para presente.

Um dos terrenos que se destaca na leitura que os investigadores do PPC fazem destes processos de objectificação e mercadorização da cultura e do passado é o turismo. Atrações turísticas como os museus ou o património arquitetónico, e produtos turísticos de que o artesanato ou a gastronomia são exemplos, são os estudos de caso de quem trabalha os processos e os agentes de construção de cultura e de passado, bem como a reconfiguração dos seus significados, valores e repertórios. Os investigadores parecem assim partilhar a ideia de Maria Cardeira da Silva (2004) de que o turismo é um terreno útil para discutir os temas e preocupações da antropologia ao reterritorializá-los operativamente.

Outro tema que sobressai entre as pesquisas dos investigadores do PPC sobre património e museus é a arte. Muito embora não sejam transversalmente explícitos os recortes conceptuais da antropologia da arte ou dos estudos da cultura material, vários investigadores trabalham sobre repertórios de cultura que os processos de objectificação, patrimonialização e mercadorização esteticizaram e constituíram como arte. É o caso da análise da constituição da cultura material Cokwe como categoria da História da Arte Africana por Nuno Porto, da valorização económica e simbólica da produção industrial de bens que reinventam artisticamente a tradição trabalhada por Mariana Silva, dos usos da tradição na produção da arquitetura como arte e técnica modernas que Marta Prista analisa, ou das leituras da gastronomia enquanto patrimonialização da cultura alimentar desenvolvidas por Raquel Moreira. Ainda que indiretamente, o tema é também latente em pesquisas sobre dispositivos museológicos que deixaram de objetivar a leitura científica para proporcionarem a apropriação estética da cultura popular, como a de Freitas Branco, ou na compreensão das agendas estéticas e intelectuais por detrás da revitalização de saberes-fazer e artesanato que procura Tânia Madureira.

A arte é assim tematizada a partir da análise de processos de constituição de traços da cultura em objetos cuja ressocialização altera o modo como são entendidos e classificados. Adquirindo novos usos, valores e significados, o que eram objetos da cultura popular ou industrial tornam-se objetos de consumo cultural e artístico de uma cultura erudita. Como mostram Vera Marques Alves, Mariana Silva ou Nuno Porto, nestes processos, os camponeses, os operários ou um grupo étnico tornam-se artistas. Estes investigadores reconhecem a constituição de cultura em arte como processo de empoderamento, mas igualmente como um processo de seleção e de alienação de aspetos da cultura que são deixados na sombra pelo enaltecimento de outros. Se a cultura é entendida como processo cativo, dinâmico e contextual de construção e comunicação de significados (cf. Storey 2003), os investigadores do PPC mostram como as suas categorias são igualmente plásticas e fluidas porque criadas por quem detém o poder ou o interesse numa enunciação particular em determinado presente.

Reforçando algumas das ideias já expressas, interessa sublinhar que, de diferentes modos, as pesquisas dos membros desta linha de investigação partilham um mesmo traço: resgatam dimensões do fenómeno patrimonial e das instituições museológicas que estão usualmente ausentes do discurso oficial. Ou, dito de outra forma, tornam visível o carácter problemático, disputado e por vezes ambivalente daquilo que é usualmente visto como representando valores consensuais, e fazem-no a propósito de diferentes temas e objetos de estudo: entre esses temas, destaco alguns: o património imaterial (Rita Jerónimo); a arquitetura e o turismo (Marta); o património industrial (Mariana Silva); o chamado «património difícil» (Joana Almeida); a chamada arte popular (Vera Alves) e os museus e coleções etnográficas (nas pesquisas de Nélia Dias, Freitas Branco, Nuno Porto e Tânia Madureira).

Esta heterogeneidade temática permite interrogar o teor aparentemente pacífico do património e dos museus de formas também elas diversas: o estudo de Joana Almeida sobre a musealização das instalações da PIDE no Porto, por exemplo, remete-nos claramente para a categoria de «patrimónios difíceis», categoria que diz respeito a lugares de memória particularmente traumática, que tem entre os seus exemplos mais conhecidos, a musealização dos campos de concentração nazi ou os museus dedicados à história da escravatura. Este é um domínio de estudo

particularmente relevante para analisar o alcance dos processos de património. No caso estudado por J. Almeida, poder-se-ia dizer, as entidades oficiais promovem uma política da memória que contraria uma leitura heroica e glorificadora da história nacional e que remete para aspetos menos consensuais das leituras sobre o passado, que ainda hoje atravessam a sociedade portuguesa. Seguindo entretanto a proposta já enunciada de Kirshenblatt-Gimblett (1998), de acordo com a qual o património usaria o passado para responder a questões do presente, pensamos que o tema em causa levanta ainda assim um conjunto de interrogações. Será importante pensar, em particular, que outros conflitos, passados e atuais, são deixados na sombra através da musealização de um lugar de perseguição e repressão política (que hoje está presente também no museu do Aljube). A questão que esta pesquisa pode colocar é a de saber de que modo estes processos de revisitação da história poderão, por exemplo, concorrer para uma celebração acrítica da sociedade coeva, arrumando o conflito e a repressão nas gavetas da história e do passado, e, assim, ilibando outras violências e repressões passadas e contemporâneas.

Esta ligação entre o passado e o presente é de facto crucial para entender o fenómeno do património. Vejamos, como exemplo, a investigação atual de Mariana Silva sobre a musealização de antigos complexos industriais situados em S. João da Madeira que mostra, justamente, como esta valorização do património das antigas fábricas é acompanhada pela instalação de novas indústrias criativas que vendem, acima de tudo, o design dos seus produtos. Não por acaso, nos referidos museus, a antiga atividade fabril dos operários é lembrada e comemorada enquanto forma de arte ou perícia artesanal, e nunca enquanto trabalho assalariado, enquadrado em determinadas relações de produção. O que se verifica nestas formas de musealização de antigas fábricas é, pois, o encobrimento do trabalho e dos seus contextos sociais e económicos, o que aliás, retoma velhas fórmulas de celebração da cultura material de diferentes populações enquanto arte. Quando falamos, por exemplo, na emergência e no desenvolvimento da categoria de arte popular, desde finais do século XIX, falamos igualmente num processo de invisibilização do trabalho e dos conflitos que lhe estão associados. Entre as investigações aqui contempladas, há várias que abordam estes processos de categorização de objetos

-- Nuno Porto tem estudado a construção dessa categoria que é a Arte Cokwé; Vera Marques Alves tem analisado o desenvolvimento da ideia de arte popular portuguesa, nos anos 20 e 30 do século XX.

Por outro lado, as pesquisas sobre coleções e museus etnográficos – como as que são levadas a cabo por Nélia Dias, num trabalho consistente de muitos anos -- têm-se debruçado sobre essa complexa história de classificação ocidental dos objetos outros que engloba a categoria de objeto etnográfico. Os estudos sobre museus e coleções etnográficas que interessam a investigadores como N. Dias, J. Freitas Branco, Nuno Porto ou Tânia Madureira têm, parece-nos, tornado óbvio o cariz historicamente contingente e parcial das chamadas coleções etnográficas e permitem-nos entretanto considerar as visões conflituais, as ambiguidades e a complexidade de fatores, que subjazem à sua formação, e que englobam os processos de construção das identidades nacionais, os processos coloniais e as transformações sociais e culturais inerentes às sociedades contemporâneas. Tais estudos permitem, também, perceber diferentes modos de cruzamento entre ciência e ideologia.

Retomando, entretanto, a ideia inicial, verificamos que em contraste com aquilo que estes estudos permitem vislumbrar, as instituições concretas que são os museus, bem como os processos concretos de patrimonialização lidam muitas vezes mal com as ambiguidades do passado e do presente. É o que está patente na patrimonialização das antigas fábricas, estudada por Mariana Silva, que parece incapaz de, ao mesmo tempo que valoriza a antiga perícia manual dos seus trabalhadores, fazer menção a um passado feito de conflitos ou greves. É talvez também essa dificuldade em assumir os aspetos problemáticos e ambíguos da realidade social que explica – e terminamos com esta nota – que, atualmente, seja mais fácil musealizar lugares que nos falam da perseguição política levada a cabo durante o Estado Novo, abertamente condenada no âmbito dos discursos oficiais contemporâneos – falamos da musealização de instalações da antiga PIDE-- do que assumir a validade museológica de objetos ambíguos na sua relação com o Estado Novo como é o caso do Museu de Arte Popular. De resto, é também a dimensão ambivalente e problemática das coleções etnográficas que continua a não ser assumida em diferentes museus. Na verdade, parece-nos que uma das questões

que surge bastante marcada em várias das pesquisas em causa, é a forma como patrimónios e museus tentam, acima de tudo, desembaraçar-se da história.

BIBLIOGRAFIA

- BENDIX, Regina, 1997. *Search of Authenticity. The Formation of Folklore Studies*. Madison, The University of Wisconsin Press.
- COHEN, Erik, 1988, "Authenticity and Commoditization in Tourism", *Annals of Tourism Research*, 15 (3): 371-386.
- GREENWOOD, Davydd, 1977, "Culture by the Pound: An Anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization", em Valene Smith (ed.), *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Oxford, Basil Blackwell, 129-138.
- HANDLER, Richard e William Saxton, 1988, "Dyssimulation: Reflexivity, Narrative, and the Quest for Authenticity in "Living History"", *Cultural Anthropology*, 3 (3): 242-260.
- HANDLER, Richard, 1988, *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison, The Wisconsin University Press.
- HERZFELD, Michael, 1991. *A Place in History. Social and Monumental Time in a Cretan Town*. New Jersey, Princeton University Press.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara, 2004, "Intangible Heritage as Metacultural Production", *Museum International*, 56 (1-2): 52-65.
- LOWENTHAL, David, 1998. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge University Press.
- MILLER, Daniel, 1994, "Artefacts and the meaning of things", em Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 396-419.
- SILVA, Maria Cardeira da, 2004, "Introdução: por uma antropologia dos lugares turísticos", em *Outros Trópicos: Novos destinos turísticos, Novos terrenos da antropologia*. Lisboa, Livros Horizonte, 7-18.
- STOREY, John, 2003. *Inventing Popular Culture: From Folklore to Globalization*. Oxford, Blackwell Publishing.